

BOMPORTO

COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras

2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
6	Rédito	8
7	Benefícios dos empregados	9
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
9	Outras Informações.....	9
9.1	Investimentos Financeiros.....	9
9.2	Clientes e Utentes	9
9.3	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	10
9.4	Diferimentos	10
9.5	Caixa e Depósitos Bancários	10
9.6	Fundos Patrimoniais.....	10
9.7	Fornecedores	10
9.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	11
9.9	Outras Contas a Pagar.....	11
9.10	Subsídios, doações e legados à exploração	11
9.11	Fornecimentos e serviços externos.....	11
9.12	Outros rendimentos e ganhos	12
9.13	Outros gastos e perdas	12
9.14	Resultados Financeiros.....	12
9.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	13

1 Identificação da Entidade

A BOMPORTO – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL reconhecida como cooperativa de Solidariedade Social por despacho nº 13 799/99 (2ª série), de 23 de junho, do Ministério do Trabalho e Solidariedade, sendo equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social desde 23 de outubro de 2009, tem a sua sede na Alameda João de Deus, 33 – r/c – Gemunde - Maia.

Para realização dos seus objetivos desenvolve as seguintes ações:

- A defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus beneficiários, portadores de perturbações de desenvolvimento com uma incapacidade superior ou igual a 50% devidamente comprovado pelas entidades competentes, em ordem à sua integração social e familiar, à respetiva valorização e realização pessoal, cívica e profissional.
- Da promoção, construção ou aquisição de fogos para habitação dos seus beneficiários, bem como a sua manutenção, reparação ou remodelação e os equipamentos para dar resposta às suas necessidades sociais e culturais.
- A prossecução ou apoio de outras iniciativas de interesse para os seus beneficiários, nos domínios social, profissional, cultural, desportivo, material e de qualidade de vida.
- Para a realização dos seus objetivos estatutários, a Bomporto centralizará e racionalizará a utilização dos seus recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis para cada projeto, nos termos da demais legislação aplicável.
- A Bomporto poderá promover atividades próprias de outros ramos do sector cooperativo desde que essas atividades se destinem à satisfação de necessidades dos seus beneficiários.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento Transporte	4
Outros Ativos Tang. (Instalações N.e.)	10
Outros Ativos Tang. (Eq. Ar Condicionado)	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Equipamento Transporte	5.500,00		5.500,00		0,00
Outros ativos fixos tangíveis	4.728,80				4.728,80
Ativo Tangível Bruto	10.228,80	0,00	-5.500,00	0,00	4.728,80
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Transporte	4.125,00	1.260,42	-5.385,42		0,00
Outros ativos fixos tangíveis	1.015,48	462,48			1.477,96
Depreciações Acumuladas	5.140,48	1.722,90	-5.385,42	0,00	1.477,96
Ativo Tangível Líquido	5.088,32	-1.722,90	-114,58	0,00	3.250,84

6 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Prestação de Serviços	12.266,25	9.192,90
Quotas e joias	2.389,00	4.035,00
Outros Serviços	9.877,25	5.157,90
Outros rendimentos e ganhos	3.164,69	2.000,00
Juros, dividendos e outros rendimentos	657,33	337,67
Total	16.088,27	11.530,57

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram de “6”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de “4” e em 2015 de “1”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	13.834,44	22.650,33
Indemnizações	840,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	2.184,34	4.725,09
Seguro de Acidentes no Trabalho	235,44	515,01
Iefp – Cei	4.314,71	0,00
Total	21.408,93	27.890,43

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	0,00	31,08
Total	0,00	31,08

9.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	9.141,70
Total	0,00	9.141,70

9.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Quotas - Associados	6.196,08	0,00
Total	6.196,08	0,00

9.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguro acidentes pessoais	127,11	0,00
Total	127,11	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas ano seguinte	33,00	0,00
Total	33,00	0,00

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	92,61	323,53
Depósitos à ordem	1.216,72	1.220,54
Depósitos a prazo	18.000,00	30.500,00
Total	19.309,33	32.044,07

9.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.100,00	0,00	300,00	1.800,00
Reservas	5.890,84	0,00	0,00	5.890,84
Resultados transitados	-8.680,31	0,00	2.364,91	-11.045,22
Total	-689,47	0,00	2.664,91	-3.354,38

9.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores	475,49	0,00
Total	475,49	0,00

9.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
IRC - Juros	3,93	41,50
Total	3,93	41,50
Passivo		
Retenção impostos sobre rendimentos	0,00	248,00
Contribuições para a segurança social	0,00	699,04
Outras tributações	0,00	14,01
Total	0,00	961,05

9.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		11,34		3.465,00
Outros Credores		43.360,00		44.975,00
Total	0,00	43.371,34	0,00	48.440,00

9.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios à exploração - IEFP	1.808,10	16.667,98
Doações e heranças - Donativos	4.252,44	12.833,80
Doações e heranças – Consignação IRS	2.363,79	0,00
Doações e heranças – Donativos em espécie	3.992,68	0,00
Total	12.417,01	29.501,78

9.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	120,52	0,00
Serviços especializados	5.551,96	4.495,31
Materiais	4.674,46	1.134,53
Energia e fluidos	3.570,58	3.950,05
Deslocações, estadas e transportes	110,27	301,40
Serviços diversos	2.339,55	2.609,14
Encargos com utentes	145,72	0,00
Total	16.513,06	12.490,43

9.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	0,00	2.000,00
Rendimentos em ganhos em investimentos não financeiros	2.635,42	0,00
Outros rendimentos e ganhos	529,27	32,31
Juros depósitos	15,76	165,97
Juros de mora	0,00	171,70
Dividendos obtidos	476,11	0,00
Outros rendimentos similares	165,46	0,00
Total	3.822,02	2.369,98

9.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	0,00	48,14
Correções relativas a períodos anteriores	157,74	0,00
Donativos	80,00	0,00
Quotizações	60,00	0,00
Multas e Penalidades	56,81	30,00
Outros	144,00	580,09
Total	498,55	658,23

9.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,01
Total	0,00	0,01
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	15,76	337,67
Dividendos obtidos	476,11	0,00
Outros rendimentos similares	165,46	0,00
Total	657,33	337,67
Resultados Financeiros	657,33	337,66

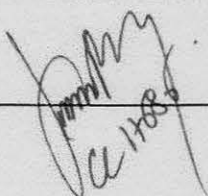
9.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Maia, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



A Direção

